

**O PERFIL DISCENTE SOB A PERSPECTIVA DOCENTE RELACIONADO AO  
ENSINO JURÍDICO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

**THE STUDENT PROFILE FROM THE TEACHERS' PERSPECTIVE RELATED TO  
LEGAL EDUCATION IN VOCATIONAL AND TECHNOLOGICAL EDUCATION**

Recebido em: 22/06/2025

Aceito em: 16/10/2025

Publicado em: 27/11/2025

Avelino José de Lira Neto<sup>1</sup>   
Instituto Federal de Pernambuco

Stênio de Castro Ribeiro II<sup>2</sup>   
Universidade de Pernambuco

Rosangela Maria de Melo<sup>3</sup>   
Instituto Federal de Pernambuco

Ivanildo José de Melo Filho<sup>4</sup>   
Instituto Federal de Pernambuco

**Resumo:** Este artigo investiga o perfil discente a partir da percepção docente no ensino jurídico na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), com foco nos cursos técnicos em Segurança do Trabalho, nas modalidades médio integrado e subsequente, oferecidos pelo Instituto Federal de Pernambuco (IFPE). Por meio de uma abordagem qualitativa, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com docentes das duas modalidades, buscando compreender os desafios pedagógicos e institucionais no ensino do Direito. Os resultados apontam uma significativa heterogeneidade dos discentes, tanto em faixa etária quanto em trajetórias educacionais e contextos socioeconômicos, o que demanda práticas pedagógicas diversificadas. Entre as dificuldades relatadas pelos docentes, destacam-se: limitações na leitura e interpretação de textos jurídicos, lacunas formativas anteriores e insuficiente apoio institucional, como falta de monitoria e pouca articulação entre disciplinas. Apesar desses entraves, os docentes reconhecem o potencial transformador do ensino jurídico ao promover a formação cidadã e crítica dos alunos, sobretudo quando as aulas se conectam com a prática profissional. O estudo reforça a necessidade de políticas institucionais robustas, visando fortalecer a formação continuada dos docentes e oferecer suporte pedagógico efetivo aos discentes. Por fim, observa-se que o ensino jurídico na EPT contribui tanto para a qualificação técnica quanto para o desenvolvimento da cidadania.

**Palavras-chave:** Cidadania; Educação Profissional e Tecnológica; Ensino Jurídico; Formação Crítica; Perfil Discente.

**Abstract:** This article investigates the student profile from the perspective of teachers in legal education within the context of Professional and Technological Education (EPT), focusing on the technical courses in Occupational Safety, offered in both integrated and subsequent modalities by the Federal Institute of Pernambuco (IFPE). Through a qualitative approach, semi-structured interviews were conducted with teachers from both modalities, aiming to understand the pedagogical and institutional challenges related to the teaching of Law. The results reveal

<sup>1</sup> Mestre em Educação Profissional e Tecnológica. Instituto Federal de Pernambuco (IFPE). Olinda – Pernambuco, Brasil. E-mail: avelinoacademico@gmail.com

<sup>2</sup> Doutorando em Educação. Universidade de Pernambuco (UPE). Nazaré da Mata – Pernambuco, Brasil. E-mail: stenioribeiro@bol.com.br

<sup>3</sup> Doutora em Ciência da Computação. Instituto Federal de Pernambuco (IFPE). Olinda – Pernambuco, Brasil. E-mail: rosangela.melo@paulista.ifpe.edu.br

<sup>4</sup> Doutor em Ciência da Computação. Instituto Federal de Pernambuco (IFPE). Olinda – Pernambuco, Brasil. E-mail: ivanildo.melo@paulista.ifpe.edu.br



significant heterogeneity among students, both in terms of age range and educational trajectories, as well as socioeconomic contexts, which requires diverse pedagogical practices. Among the difficulties reported by teachers are limitations in reading and interpreting legal texts, previous educational gaps, and insufficient institutional support, such as the lack of effective tutoring and limited interdisciplinary articulation. Despite these obstacles, teachers recognize the transformative potential of legal education in fostering students' citizenship and critical thinking, especially when classes succeed in establishing connections between content and professional practice. The study highlights the need for robust institutional policies aimed at strengthening continuous teacher training and providing effective pedagogical support to students. Finally, it is observed that legal education in EPT contributes not only to technical qualification but also to the development of citizenship.

**Keywords:** Citizenship; Critical Training; Legal Education; Professional and Technological Education; Student Profile.

## INTRODUÇÃO

Segundo Gonçalves e Silva (2008), o fundamento principal para a oferta do ensino jurídico está presente na Constituição Federal de 1988 e na Lei 9.394/96, a qual trata das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Do ponto de vista estritamente legal, o ensino do direito se apresenta como uma exigência normativa. Isso se deve ao fato de estar estipulado no artigo 2º da LDB que a educação é responsabilidade tanto da família quanto do Estado. Além disso, tem como objetivo o pleno desenvolvimento do educando, sua preparação para o exercício da cidadania e sua capacitação para o mundo do trabalho.

Para Archibong, Ekong e Georgeo (2022), o ensino envolve atividades voltadas para a transferência de conhecimento. Koko (2016) compreende o ensino como um conjunto de eventos projetados para iniciar, ativar e apoiar a aprendizagem. Nessa perspectiva, Ikpesu e Appah (2021) definem o ensino como um processo transformacional envolvendo a transferência de conhecimento e habilidades dos docentes para os discentes, visando à mudança comportamental desses.

O ensino jurídico ou do direito demanda uma abordagem multifacetada, conforme evidenciado pelos estudos de Costa (2022), Ortiz e Lima (2021) e Locatelli e Fassini (2017). Enquanto Locatelli e Fassini (2017) delineiam estratégias passíveis de serem adotadas pelo docente para o ensino da legislação jurídica, Ortiz e Lima (2021) destacam a importância de uma pedagogia com foco no discente, enfatizando metodologias participativas como a Sala de Aula Invertida e a Aprendizagem Baseada em Problemas. Por sua vez, Costa (2022) ressalta a diversidade de estratégias didáticas empregadas pelos docentes, desde a apresentação de trabalhos e seminários até o uso de vídeos explicativos e filmes para contextualização do conteúdo. No que tange ao apoio ao docente em sua prática pedagógica, os três estudos convergem ao reconhecerem a pertinência de adaptar o ensino às necessidades dos discentes e estimular o seu interesse e compreensão dos conteúdos.

Locatelli e Fassini (2017) identificaram iniciativas voltadas ao ensino do direito na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) adotadas pelos docentes na sala de aula em diferentes cursos técnicos, destacando o interesse dos discentes nessas práticas. Os autores observaram que foram positivamente avaliadas pelos discentes, estratégias como: aula expositiva dialogada, leitura de textos e resolução de exercícios, resolução de casos ou problemas simulados, assim como pesquisas individuais e em grupos.

Gianezini (2014) e Costa (2022) destacam que a formação do docente que atua no ensino do direito na EPT é extremamente necessária devido à grande diversidade de eixos tecnológicos, formas de organização e modalidades de ensino, resultando na necessidade de formação contínua para eles. Outro ponto de destaque é que no ensino do direito os desafios são acentuados pela complexidade da linguagem, exigindo maior apoio pedagógico e diálogo entre os docentes para superação.

Neto, Silva, Ribeiro II e Melo Filho (2025) evidenciam que entre os diferentes cursos existentes e ofertados na Educação Profissional e Tecnológica, a inserção do ensino de direito nos Projetos Pedagógicos de Cursos (PPC) dos cursos técnicos de Segurança do Trabalho tem se justificado pela necessidade de capacitar os profissionais não apenas em aspectos técnicos e operacionais, mas também no entendimento das normas legais regendo as relações trabalhistas e a proteção à saúde do trabalhador.

Ademais, os conhecimentos jurídicos básicos, especialmente em relação à legislação trabalhista, previdenciária e às normas regulamentadoras (NRs), são essenciais para a atuação dos discentes de forma ética, segura e em conformidade com a legislação vigente, conforme Lira Neto, Cavalcanti, Seixas; Carvalho, Melo, Melo Filho (2024). Além disso, ao compreender os direitos e deveres tanto dos empregadores quanto dos empregados, o profissional contribui de maneira eficaz para a prevenção de acidentes e doenças ocupacionais, promovendo um ambiente de trabalho mais justo, seguro e legalmente amparado.

Diante desse cenário, o objetivo deste artigo é entender a realidade dos discentes sob a ótica dos docentes no ensino jurídico na Educação Profissional e Tecnológica nos cursos Técnicos em Segurança nas modalidades médio integrado e subsequente ofertados pelos diferentes campi do Instituto Federal de Pernambuco (IFPE). Este documento encontra-se organizado da seguinte forma: esta seção trata-se da introdução, na qual foi apresentada uma contextualização sobre a temática do ensino do direito na Educação Profissional e Tecnológica no curso Técnico de Segurança do Trabalho, incluindo também o objetivo proposto para este estudo. A próxima seção apresenta o processo metodológico baseado em

uma pesquisa documental. Na sequência, são evidenciados os resultados e discussão. Por fim, a última seção refere-se as considerações finais.

## PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O procedimento metodológico baseou-se em um estudo exploratório que foi conduzido por meio de entrevistas semiestruturadas. O uso da técnica de entrevistas foi adotado com a finalidade de entender qual a realidade dos discentes sob a ótica dos docentes no ensino jurídico do curso Técnico em Segurança do Trabalho das modalidades integrada e subsequente do Instituto Federal de Pernambuco (IFPE) dos campi: Abreu e Lima, Caruaru, Ipojuca e Recife. A Figura 1 evidencia o objetivo e o perfil dos participantes:

Figura 1 – Perfil dos Docentes Entrevistados.



Fonte: elaborado pelos autores.

Para esse propósito, foi elaborado um roteiro com 4 (quatro) perguntas para a sua realização que se encontram em conformidade com as orientações de Gil (2008) e Malheiros (2011). Este estudo é parte integrante de uma pesquisa de Mestrado do PROFEPT com parecer consubstanciado aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Faculdade Frassinetti do Recife (FAFIRE) – No. 6.999.501 em 12/08/2024.

Cabe registrar que de acordo com o Comitê de Ética, no que tange ao direito do sigilo, os 05 (cinco) participantes são identificados com os seguintes códigos **E1, E2, E3, E4 e E5**. Isso, na intenção de resguardar os docentes que participaram do estudo, no que diz respeito aos aspectos éticos da pesquisa com seres humanos.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Inicialmente, a primeira pergunta objetivou averiguar quais são as principais características dos discentes. O Quadro 1 pontua a descrição dos entrevistados com amplitude e diversidade entre os discentes, evidenciando diferenças em termos de faixa etária, motivação, nível de preparo acadêmico e contexto socioeconômico:

Quadro 1 – Principais Características dos Discentes.

| Entrevistados | Descrição                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |
|---------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| E1            | <i>"No integrado, eu tenho uma turma mais homogênea, em termos de idade [...] com uma boa base de formação em outras áreas. São adolescentes que visualizam o curso de maneira mais romântica." [...] "No curso subsequente, noturno, já é um perfil bem diverso, de várias idades e formações diferentes." [...] "A dificuldade de leitura, o hábito de leitura [...] é uma deficiência muito frequente nos alunos." Grifo nosso</i> |
| E2            | <i>"Há alunos muito preparados e outros aquém, que não deveriam estar ali." [...] "A gente percebe que há uma deficiência em algumas turmas [...] em função de alguns tipos de entrada." Grifo nosso</i>                                                                                                                                                                                                                              |
| E3            | <i>"Falta de concentração é uma característica comum." [...] "Há carências de formação nas etapas anteriores, principalmente na educação infantil e fundamental." [...] "Os alunos chegam desconectados afetivamente, com inseguranças e uma formação familiar frágil." Grifo nosso</i>                                                                                                                                               |
| E4            | <i>"No integrado, há alunos de variadas classes sociais. Alguns vêm com dificuldades iniciais, mas progridem até chegar à disciplina de legislação no 7º período." [...] "O subsequente é mais complicado. Os alunos têm idades variadas, de 20 a 60 anos, e enfrentam desafios como trabalho, família e vocabulário muito limitado." Grifo nosso</i>                                                                                 |
| E5            | <i>"O público da manhã e tarde é composto por jovens [...] geralmente, com dificuldades de escrita, leitura e compreensão." [...] "O público da noite já trabalha, tem mais foco, mas chegam cansados e muitos dormem durante as aulas." Grifo nosso</i>                                                                                                                                                                              |

Fonte: elaborado pelos autores.

Os docentes entrevistados descreveram, com riqueza de detalhes, as características heterogêneas dos discentes nos cursos técnicos em Segurança do Trabalho, evidenciando diferenças significativas entre as modalidades integradas e subsequentes, bem como entre períodos de estudo. Esse panorama permite compreender os desafios pedagógicos enfrentados pelos discentes.

No curso integrado, prevalecem adolescentes com uma visão idealista do curso, embora enfrentem dificuldades relacionadas ao hábito de leitura e à interpretação de textos técnicos. No subsequente, os discentes são majoritariamente adultos, com idades variadas, responsabilidades familiares e profissionais, além de um vocabulário limitado e lacunas educacionais significativas.

Dessa forma, o perfil dos discentes descartados é variado exigindo dos docentes uma abordagem pedagógica diferenciada. É necessário considerar as limitações educacionais e sociais dos discentes e buscar metodologias que ampliem o acesso ao conhecimento de maneira



inclusiva e contextualizada. Embora essas dificuldades representem um desafio significativo, elas também refletem a importância de se fortalecer o ensino técnico como um espaço de transformação e inclusão, promovendo o acesso ao direito à educação de forma ampla e eficiente.

A segunda pergunta objetivou obter uma descrição da realidade do ensino jurídico para os discentes no curso técnico em Segurança do Trabalho. O Quadro 2 apresenta as percepções dos entrevistados:

Quadro 2 – A Realidade do Ensino Jurídico no Curso Técnico em Segurança do Trabalho: Perspectivas e Desafios.

| Entrevistados | Descrição                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |
|---------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| E1            | <i>"A minha limitação de jornada reduzida impede isso, porque eu já estou com as 20 horas todas cheias." [...] "O fato de eu ser um professor com vínculo parcial me impede, por exemplo, de participar com mais intensidade do planejamento pedagógico." [...] "Em termos de infraestrutura, em termos de potencial, o curso é bom, mas aí ele encontra um primeiro limite nas condições do estudante, condições de vida, de trabalho, de transporte, e um segundo limite na insuficiência da carga horária do professor." Grifo nosso</i> |
| E2            | <i>"Às vezes eu acho que o tempo de noções é curto e o tempo de legislação também é longo." [...] "Há uma espécie de desequilíbrio entre a carga horária das duas disciplinas que existem." [...] "A primeira para me parece curta e a segunda parece que nunca vai acabar." Grifo nosso</i>                                                                                                                                                                                                                                                |
| E3            | <i>"É muito desafiador. A palavra é desafiadora." [...] "Essa questão jurídica não é comentada de uma forma mais aprofundada durante a formação deles." [...] "Isso era para ser conteúdo que eu devia ter visto na educação básica. Isso aí todo mundo deveria saber." Grifo nosso</i>                                                                                                                                                                                                                                                     |
| E4            | <i>"Para o integrado, eu achei que foi uma experiência bacana." [...] "Eles conseguem interagir com um negócio que antes eles só ouviam falar, a lei." [...] "No subsequente, ou eles estão muito entediados, ou eles se empolgam quando começam a falar do trabalho deles." Grifo nosso</i>                                                                                                                                                                                                                                                |
| E5            | <i>"Essa é uma realidade de construção do zero do saber, é uma construção bem inicial mesmo do saber, do direito, da legislação." [...] "Como os professores também não têm, tem muita coisa que podia ter sido feita transversalmente e não acontece." [...] "Deveria haver talvez uma unificação também, mas um treinamento, uma coisa do tipo, com os professores também, essa parte legislação." Grifo nosso</i>                                                                                                                        |

Fonte: elaborado pelos autores.

Em que pese, a imprecisão das respostas dos entrevistados é preciso destacar que os entrevistados E3, E4 e E5 pontuaram objetivamente sobre essa realidade. Entre as principais questões apontadas pelos entrevistados, destacam-se limitações institucionais, como a carga horária insuficiente e a falta de integração entre disciplinas jurídicas e técnicas. Além disso, são mencionadas dificuldades relacionadas ao perfil dos discentes, que muitas vezes, ingressam no curso com lacunas educacionais anteriores, o que intensifica os desafios pedagógicos no ensino de normas jurídicas.

Os docentes também ressaltaram a importância de uma maior contextualização do ensino jurídico. Por outro lado, alguns relatos evidenciam que, apesar das limitações, o ensino jurídico tem potencial para despertar o interesse dos discentes, aproximando-os da realidade legal e incentivando reflexões sobre questões trabalhistas relevantes para sua futura atuação profissional.

A terceira pergunta objetivou compreender quais são os principais desafios dos discentes no ensino de normas trabalhistas e se existe suporte institucional para ajudá-los a enfrentar esses desafios. O Quadro 3 apresenta as percepções dos docentes:

Quadro 3 – Desafios dos Discentes no Ensino de Normas Trabalhistas e Suporte Institucional: Percepções Docentes.

| Entrevistados | Descrição                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |
|---------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| E1            | <i>"Eu acho que o primeiro desafio seria o domínio da linguagem." [...] "Outra dificuldade seria, acho que, o acesso... nem o acesso, seria uma espécie de curadoria. Hoje em dia, todo mundo tem acesso à internet, mas a gente tenta fazer isso." [...] "O curso prevê um estágio obrigatório, mas os estudantes que podem estagiar, às vezes, não encontram estágio." [...] "Falar de Constituição para a gente é muito óbvio, mas, para o estudante, chegar a um texto de um plano alto, entender o acesso a uma norma, pesquisar as NR's, por exemplo, já é mais difícil." [...] "A internet tem muita coisa, mas falta uma orientação quanto ao uso inteligente da internet e dos conteúdos disponibilizados." Grifo nosso</i> |
| E2            | <i>"A sala de aula é muito heterogênea em termos de conhecimento, de nível de conhecimento do aluno." [...] "É difícil conciliar de repente essa carência por parte do estudante e com a dinâmica geral do curso em função da quantidade de disciplinas." Grifo nosso</i>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |
| E3            | <i>"A gente tem trabalhos no monitor, os monitores são peças que atuam nessa ajuda." [...] "Formalmente a gente só tem isso, a monitoria, mas isso não é obrigatório. Tem que ter a disponibilidade do professor e do aluno." [...] "Eu acredito que a gente não tenha a monitoria sendo algo que possa ajudar, porque isso não é obrigatório." Grifo nosso</i>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |
| E4            | <i>"No integrado, eu não vejo desafios tão grandes, não. É só o do ensino normal do integrado mesmo." [...] "O discente, eu volto para a mesma tecla, vocabulário. É complicado porque eu entrei há pouco tempo e eu fico procurando jeitos de resolver o problema." [...] "Esses alunos têm dificuldade em elaborar relatórios, esses alunos têm dificuldade em interpretar textos para fazer uma prova simples." Grifo nosso</i>                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |
| E5            | <i>"O principal desafio que eu vejo com eles é a questão da leitura, que às vezes tem dificuldade de entender, não só a leitura como um entendimento da coisa." [...] "Institucionalmente não há ajuda, além do professor em sala de aula." [...] "Fora do professor, tem as bibliotecas, né?" Grifo nosso</i>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |

Fonte: elaborado pelos autores.

Os entrevistados evidenciam um cenário marcado por limitações e por necessidades que abrangem tanto aspectos relacionados ao perfil dos discentes quanto à infraestrutura e apoio oferecidos pela instituição. Entre as principais limitações identificadas, destacam-se as dificuldades no domínio da linguagem, que comprometem a interpretação e a compreensão de

textos jurídicos; a carência de uma orientação eficaz para o uso de materiais disponíveis, como as Normas Regulamentadoras (NR's); e o acesso insuficiente a estágios e atividades práticas. Além disso, os docentes ressaltaram que a heterogeneidade das turmas, composta por discentes com diferentes níveis de preparação e trajetórias escolares, aumentando a complexidade do ensino. No que tange ao suporte institucional, a percepção dos entrevistados aponta para iniciativas limitadas, como a monitoria que é voluntária e não está disponível regularmente e a disponibilidade de bibliotecas e plataformas digitais, que nem sempre atendem plenamente às demandas.

A quarta pergunta objetivou compreender qual a percepção de como os discentes se tornam cidadãos emancipados, críticos e reflexivos após concluírem a disciplina de normas trabalhistas no curso técnico em Segurança do Trabalho. O Quadro 4 evidencia os relatos dos entrevistados:

**Quadro 4 – Percepção dos Docentes sobre a Emancipação Cidadã e a Formação Crítica dos Discentes no Ensino de Normas Trabalhistas.**

| Entrevistados | Descrição                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |
|---------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| E1            | <i>"Eu percebo quando é possível, na aula e nas perguntas, fazer uma ligação entre o conteúdo e a prática no mundo do trabalho." [...] "Essa relação do aluno, de conseguir contextualizar, trazer suas dificuldades, suas dúvidas, sua percepção sobre fatos do trabalho que ele vivência, as relações de trabalho, é importante." [...] "Percebo essa emancipação quando o aluno consegue fazer essa ligação e contextualizar suas noções no contexto do trabalho de maneira crítica, percebendo que a realidade é de um jeito, mas deveria ser de outro." Grifo nosso</i> |
| E2            | <i>"A disciplina do direito, ela tem essa função de trazer essa conscientização do aluno enquanto cidadão e enquanto futuro profissional no mercado de trabalho." [...] "Eu acho que essa disciplina tem um pontapé inicial para esse conhecimento, acho que é essencial na vida do aluno." Grifo nosso</i>                                                                                                                                                                                                                                                                  |
| E3            | <i>"Essa questão jurídica não é comentada de uma forma mais aprofundada durante a formação deles, pelo menos uma disciplina que eles pudessem ter, ensino fundamental, sobre algumas normas básicas de direito." [...] "Quando eles falam, e a gente tenta fazer um resgate de conhecimentos que eles deveriam ter, a gente ouve frases como 'isso era para ser conteúdo que eu devia ter visto na educação básica'." [...] "A palavra é desafiadora por conta dessas questões, o direito social, a educação, como ele está sendo colocado pelo Brasil." Grifo nosso</i>     |
| E4            | <i>"Quando eles pegam essa aula de responsabilidade civil penal, eles fazem, 'eita!', a empresa não cumpriu, sou eu? Eu que não sou processada?" [...] "Quando eles realmente pegam a dimensão, de que é o CPF deles que está atuando ali como técnica. Tudo é feito por eles, então tudo cai no nome deles." Grifo nosso</i>                                                                                                                                                                                                                                                |
| E5            | <i>"Eles começam a perceber que eles têm um direito, então eles começam a perguntar se esse direito realmente é válido." [...] "Eles começam a entender que podem exigir a lei, exigir alguns direitos que antes não sabiam que tinham." Grifo nosso</i>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |

**Fonte:** Os Autores.



Os docentes apontam que a verdadeira emancipação dos discentes ocorre quando eles conseguem contextualizar as normas trabalhistas e reconhecer sua aplicação no cotidiano, refletindo sobre suas responsabilidades enquanto cidadãos e profissionais. Essa transformação, embora desafiadora, é percebida, principalmente, quando os discentes fazem conexões entre a teoria e a prática, participando ativamente das discussões e questionando a realidade social e trabalhista ao seu redor.

Contudo, cabe destacar que **E3**, por sua vez, fez uma crítica importante ao contexto educacional mais amplo, mencionando as deficiências na formação básica dos discentes, principalmente nas etapas iniciais de sua educação. Ele acredita que muitos discentes chegam ao curso técnico com lacunas significativas no entendimento dos direitos e deveres que deveriam ter adquirido na educação básica. Essa falta de conhecimento fundamental sobre direitos faz com que o processo de conscientização seja desafiador, mas também uma oportunidade para trabalhar a educação cívica e jurídica de forma profunda. A reflexão crítica que ele busca estimular está relacionada à necessidade de corrigir essas lacunas durante o ensino básico, promovendo uma compreensão do papel dos discentes como cidadãos no contexto social e trabalhista.

Além disso, as respostas revelam que a formação crítica dos discentes também depende das condições de aprendizagem, como o acesso à informação e a capacidade de contextualizar as questões jurídicas de maneira mais acessível e realista. De maneira geral, o quadro destaca o potencial das disciplinas jurídicas no curso técnico em Segurança do Trabalho para promover a conscientização cívica e profissional, embora ainda hajam desafios a serem superados para garantir uma formação plena e transformadora para os discentes.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi entender qual a realidade na EPT dos discentes sob a ótica dos docentes no ensino do direito ou no ensino jurídico. Isto se deu de forma a evidenciar como os docentes percebem as características, desafios e necessidades dos discentes, bem como as condições institucionais que impactam o processo de ensino-aprendizagem.

As entrevistas com os docentes revelaram um panorama crítico e reflexivo sobre o ensino jurídico no curso Técnico em Segurança do Trabalho, contribuindo para uma análise ampla e fundamentada sobre a formação técnica e cidadã dos discentes. A análise do objetivo da entrevista, focado em entender a realidade dos discentes sob a ótica dos docentes no ensino do direito ou jurídico, revelou um cenário heterogêneo e desafiador.

O perfil dos discentes é marcado por diversidade em termos de idade, contexto socioeconômico e preparo acadêmico, exigindo dos docentes abordagens pedagógicas diferenciadas. Essa pluralidade reflete-se nas dificuldades enfrentadas pelos discentes, como limitações na leitura e interpretação de textos, carências na formação básica e desafios relacionados à conciliação de estudos com trabalho e responsabilidades familiares.

Segundo os docentes, no curso integrado os discentes apresentam maior homogeneidade etária, mas enfrentam desafios em hábitos de leitura e compreensão de textos técnicos. No subsequente, os discentes são predominantemente adultos, com idades variadas, enfrentando um contexto mais complexo, incluindo jornadas de trabalho intensas e vocabulário limitado. Essa realidade exige dos docentes um esforço adicional para adaptar conteúdos e metodologias às demandas específicas de cada grupo.

Além disso, a percepção dos docentes sobre a realidade do ensino jurídico para esses discentes aponta para a insuficiência de recursos institucionais e estruturais que possam apoiar um ensino contextualizado e prático. Questões como carga horária inadequada, falta de integração entre disciplinas e ausência de treinamentos específicos para os docentes são barreiras que dificultam a formação crítica e emancipadora dos discentes.

Os relatos pontuam que, apesar dos desafios estruturais e organizacionais, há um esforço significativo dos docentes para contextualizar o ensino jurídico, tornando-o relevante e aplicável à realidade dos discentes. Contudo, as limitações institucionais e as lacunas na formação básica dos discentes reforçam a necessidade de políticas educacionais que promovam tanto a formação continuada quanto estratégias que assegurem um suporte amplo e efetivo aos discentes. Assim, o ensino jurídico na EPT é reconhecido não apenas como um espaço de aprendizado técnico, mas como um instrumento de transformação social e cidadã.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradecemos ao Instituto Federal de Pernambuco (IFPE) e ao Programa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT) no desenvolvimento deste artigo. Este trabalho é parte integrante de uma pesquisa de Mestrado do PROFEPT com parecer consubstanciado aprovado pelo CEP da Faculdade Frassinetti do Recife (FAFIRE) – No. 6.999.501 em 12/08/2024.

## REFERÊNCIAS

ARCHIBONG, E. E.; EKONG, M. O.; GEORGE, W. K. Principles of law instructional module for teaching TVET students in Nigerian Colleges of Education. **International Journal of Education and Evaluation**, [S.l.], v. 8, n. 6, p. 12-24, 2022. Disponível em: <https://goo.su/k2SaFyq>. Acesso em: 22 jun. 2025.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Palácio do Planalto. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 03 mar. 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Palácio do Planalto. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 08 mai. 2025.

COSTA, L. G. P. C. **Ensino de direito e legislação para a educação técnica**: conhecimentos profissionais que fundamentam a prática pedagógica. 2022. 117 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) - Universidade de Taubaté, Taubaté, 2022. Disponível em: <https://mpe.unitau.br/wp-content/uploads/dissertacoes/2022/Luciana-Guerra-Pereira-Cotti-Costa.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2025.

GIANEZINI, K. Percepções e perspectivas docentes sobre o ensino jurídico em um instituto federal de educação, ciência e tecnologia. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 9, n. 3, p. 729–737, 2015. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/6696>. Acesso em: 04 abr. 2025.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALVES, V. D.; SILVA, N. L. **Noções de direito constitucional de 6ª a 9ª série do ensino fundamental**: uma questão de cidadania. 2008. 60 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Rondônia, Cacoal, 2008. Disponível em: <https://ri.unir.br/jspui/handle/123456789/343>. Acesso em: 10 abr. 2025.

IKPESU, O. C.; APPAH, C. N. Instructional Materials for Teaching of Economics: Availability and Utilization in Senior Secondary Schools. **International Journal of Innovative Social and Science Education Research**, v. 9, n. 4, p. 87-93, 2021. Disponível em: <https://www.seahipublications.org/wp-content/uploads/2024/12/IJISSER-D-11-2021.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2025.

KOKO, M.; NKPOLU-OROWORUKO, P. H. The effective use of school instructional materials. In: **ABEC ANNUAL Workshop**. [S.l.]: [s.n.]. Disponível em: <https://goo.su/7bnwqb>. Acesso em: 20 jun. 2025.

LIRA NETO, A. J. de et al. O ensino jurídico ou do direito na Educação Profissional e Tecnológica: recorte bibliográfico sobre o direito social à educação com foco no aspecto trabalhista. **Caderno Pedagógico**, [S. l.], v. 21, n. 10, p. e8817, 2024. DOI: 10.54033/cadpedv21n10-085. Disponível em: <https://ojs.studiespublicacoes.com.br/ojs/index.php/cadped/article/view/8817>. Acesso em: 11 jun. 2025.

LOCATELLI, C. R.; FASSINI, E. **O ensino de legislação nos cursos de educação profissional: possibilidades metodológicas para uma aprendizagem significativa.** 2017. Artigo (Especialização) – Curso de Docência na Educação Profissional, Universidade do Vale do Taquari, Lajeado, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10737/2037>. Acesso em: 04 abr. 2025.

MALHEIROS, B. T. **Metodologia da pesquisa em educação.** 1. ed. São Paulo: LTC editora, 2011.

LIRA NETO, A. J. de. et al. O direito social à educação na educação profissional e tecnológica: compreendendo as concepções presentes nos projetos pedagógicos dos cursos técnicos em segurança do trabalho nas modalidades integrado e subsequente do Instituto Federal de Pernambuco (IFP). **Cuadernos de Educación y Desarrollo**, [S. l.], v. 17, n. 2, p. e7625, 2025. DOI: 10.55905/cuadv17n2-110. Disponível em: <https://ojs.cuadernoseducacion.com/ojs/index.php/ced/article/view/7625>. Acesso em: 07 mai. 2025.

ORTIZ, I. R. G.; LIMA, C. L. M. Reflexões metodológicas para o ensino de direito aplicado aos cursos técnicos do Instituto Federal de Rondônia, Campus Porto Velho Zona Norte. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, v. 2, n. 21, p. e12037, 2021. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/12037>. Acesso em: 07 mai. 2025.